



OFÍCIO PROAM Nº 07/30.08.2022

São Paulo, 30 de agosto de 2023

**ÀS LIDERANÇAS DOS
PODERES LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO
E DEMAIS INTERESSADOS NO PROCESSO
DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE:**

PROAM - Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental e Coletivo de Entidades Ambientistas do Estado de São Paulo vêm, por meio do presente ofício, formalizar apoio às manifestações públicas da sociedade civil da cidade de São Roque, frente à proposta de revisão do Plano Diretor que tramita em regime de urgência na Câmara Municipal da cidade.

Um dos principais pontos é a **transformação em zona urbana** de aproximadamente 5 mil ha de zona rural, composta principalmente por florestas biodiversas da Mata Atlântica, zonas de pastagem, silvicultura e produção agrícola. A proposta de novo zoneamento pretende parcelamentos mínimos do solo que chegam até 200m².

As fortes alterações no uso do solo induzirão mais desmatamento, perda de regulação climática e serviços ecossistêmicos fundamentais para a preservação ambiental de toda a macrorregião, parte integrante da **Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo**, com reconhecimento da UNESCO.

Breve análise preliminar aponta preocupante fato de que parte das zonas urbanas pretendidas afetarão a Área de Proteção Ambiental (APA) de Itupararanga, que abrange cerca de 35 % do território da municipalidade de São Roque.

A APA de Itupararanga, criada para proteger os mananciais da represa de Itupararanga, abrange os mares de morros florestados ao sul do município, produtores de água, portanto responsável pela conservação dos recursos hídricos e que também abastece municípios vizinhos. Imprescindível que tal iniciativa respeite princípios basilares, constitucionais, da gestão do meio ambiente no Brasil, que repousa no direito de plena participação da sociedade em matéria ambiental.

Reiteramos a obrigatoriedade legal para que sejam apresentados e publicizados os estudos necessários à decisão informada, à partir de dados científicos e ampla



participação social, demonstrando quais os impactos ambientais decorrentes da proposta em sua incidência sobre o território do Município de São Roque, assim como sua conformidade com as diretrizes do Plano Diretor Ambiental (Lei Complementar nº 1/2019) e de manejo da APA de Itupararanga.

Nota-se ainda falta de informação referente aos critérios para delimitação das diferentes propostas do zoneamento. Portanto, a proposta nos parece aleatória, sem justificativa ou detalhamento técnico. Por exemplo, sequer é possível identificar sua correlação com a topografia ou sistemas viários.

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA não pode prescindir de requisitos basilares para a prática de governança ambiental. A devida transparência e o rigor técnico no processo de revisão de um plano diretor devem ser respeitados.

O legado desta revisão afetará gerações, redefinirá a paisagem e a identidade da cidade, coloca sob ameaça os meios ecossistêmicos para o abastecimento de água, afetando fauna e flora, dentre outros fatores determinantes para a qualidade ambiental de toda a região.

Finalmente, ressaltamos os cuidados com relação à mitigação e adaptação às mudanças climáticas que avançam, em aquecimento e efeitos, de forma mais intensa do que se esperava, segundo informa o Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas.

Dessa forma, somamos as vozes do PROAM e do Coletivo de Entidades Ambientalistas do Estado de São Paulo aos justos apelos da sociedade civil da cidade de São Roque, pleiteando **a correção necessária do processo, com reabertura da discussão para que esta venha a contar com a plena participação social e a devida avaliação prévia sobre impactos ambientais publicizados no exercício do direito à informação em matéria ambiental.**

Atenciosamente,

Carlos A. H. Bocuhy
Presidente
**PROAM - Instituto Brasileiro
de Proteção Ambiental**

Vilázio Lellis Jr
p/Coordenação
**Coletivo de Entidades Ambientalistas
do Estado de São Paulo**

RESERVA DA BIOSFERA DO CINTURÃO VERDE, DECLARADA PELA UNESCO, ESTÁ AMEAÇADA EM SÃO ROQUE (SP).

A revisão do Plano Diretor pela Prefeitura da Estância Turística de São Roque ignora as áreas de conservação da biodiversidade e áreas rurais do município.

Os dados não são precisos, pois até o momento a prefeitura não apresentou nenhum estudo com as informações necessárias para compreender os impactos das mudanças de zoneamento e parcelamento do solo. Durante todo o processo de publicização das minutas desenvolvidas pelo poder público, passadas 4 audiências públicas, não constam ainda a quantificação de todas as mudanças sugeridas no território.

Quadros comparativos entre as áreas das zonas atuais e das áreas das zonas sugeridas.

Com a leitura dos mapas disponíveis no sítio eletrônico <https://planodiretorsaoroque.oliverarquitectura.com.br/> (página oficial do poder executivo municipal sobre a revisão da minuta do Plano Diretor de São Roque) não é possível visualizar o local afetado pelo novo zoneamento. A rua, o rio, a serra, equipamentos públicos e privados passam despercebidos, são ignorados. Imagens de satélite, tão comuns hoje em dia em diversos aplicativos de mapas, não foram utilizados pelo órgão público a fim dar transparência ao cidadão sobre a situação das zonas propostas. Permitindo que o munícipe saiba se o lugar onde mora vai deixar de ser rural e passar a ser urbano, por exemplo.

E essa mudança, **do rural ao urbano**, é a que mais impacta na conservação da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde.

São Roque tem hoje aproximadamente 13 mil ha de área rural, composta sobretudo por florestas biodiversas da mata atlântica. Os ecossistemas existentes fornecem “serviços ambientais essenciais à saúde e bem-estar da população, tais como: suporte geológico e da biodiversidade; provisão de água, alimentos produtos florestais, recursos genéticos; regulação da qualidade do ar, do clima, da erosão, de doenças e pragas, de ameaças naturais, regulação hídrica, polinização; além de serviços culturais como recreação e turismo, valores estéticos, espirituais e religiosos”¹.

A atual zona rural conta hoje com parcelamento mínimo de 20 mil metros quadrados. Entretanto, a maior parte das propriedades tem mais que 100 mil metros quadrados.

¹ <https://reservasdabiosfera.org.br/reserva/rb-cinturao-verde/> acessado em 11 de agosto de 2023.

A atual revisão propõe diminuir a área rural para pouco mais de 8 mil ha. Ou seja, em torno de 37% de redução da área rural para se transformar em urbano.

Com essa enorme redução, equivalente a mais de 6 mil campos de futebol, as atuais áreas rurais, se transformarão nas zonas abaixo, acompanhadas dos novos parcelamentos mínimos do solo:

Zona Urbana Específica - ZUE ²	Lotes mínimos propostos
Chácaras em Manancial	500 m ²
Interesse turístico	360 m ²
RB Residencial de Baixa Densidade	200 m ²
Chácaras em São João Novo	1000 m ²
AD Residencial de Alta Densidade	200 m ²

Como demonstra a tabela acima, os 20 mil m² mínimos das atuais zonas rurais, compostas por florestas nativas, agricultura, silvicultura e pastagens, poderão se transformar em inúmeros loteamentos, condomínios que descaracterizarão completamente a paisagem natural e cultural da cidade. Todos os serviços ambientais elencados acima e protegidos pela Reserva da Biosfera do Cinturão Verde estarão fortemente ameaçados.

Vale ressaltar ainda que as Zonas Urbanas propostas, como as Chácaras em Manancial e as de Interesse Turístico estão inseridas na Área de Proteção Ambiental (APA) de Itupararanga³. Essa APA ocupa mais de 35 % do município de São Roque e é responsável, sobretudo, pela Conservação dos Recursos Hídricos nos mares de morros florestados do sul do município.

² MINUTA PARA REVISÃO DA LEI COMPLEMENTAR N° 40, disponível em <https://planodiretorsaoroque.oliverarquitectura.com.br/> acessado em 11/08/2023.

³ Criada pela lei estadual 10.100/98 e ampliada pela lei 11.579/2003.

Se analisarmos a ocupação e uso do solo da situação atual das Zonas Urbanas propostas sobre as zonas rurais temos:

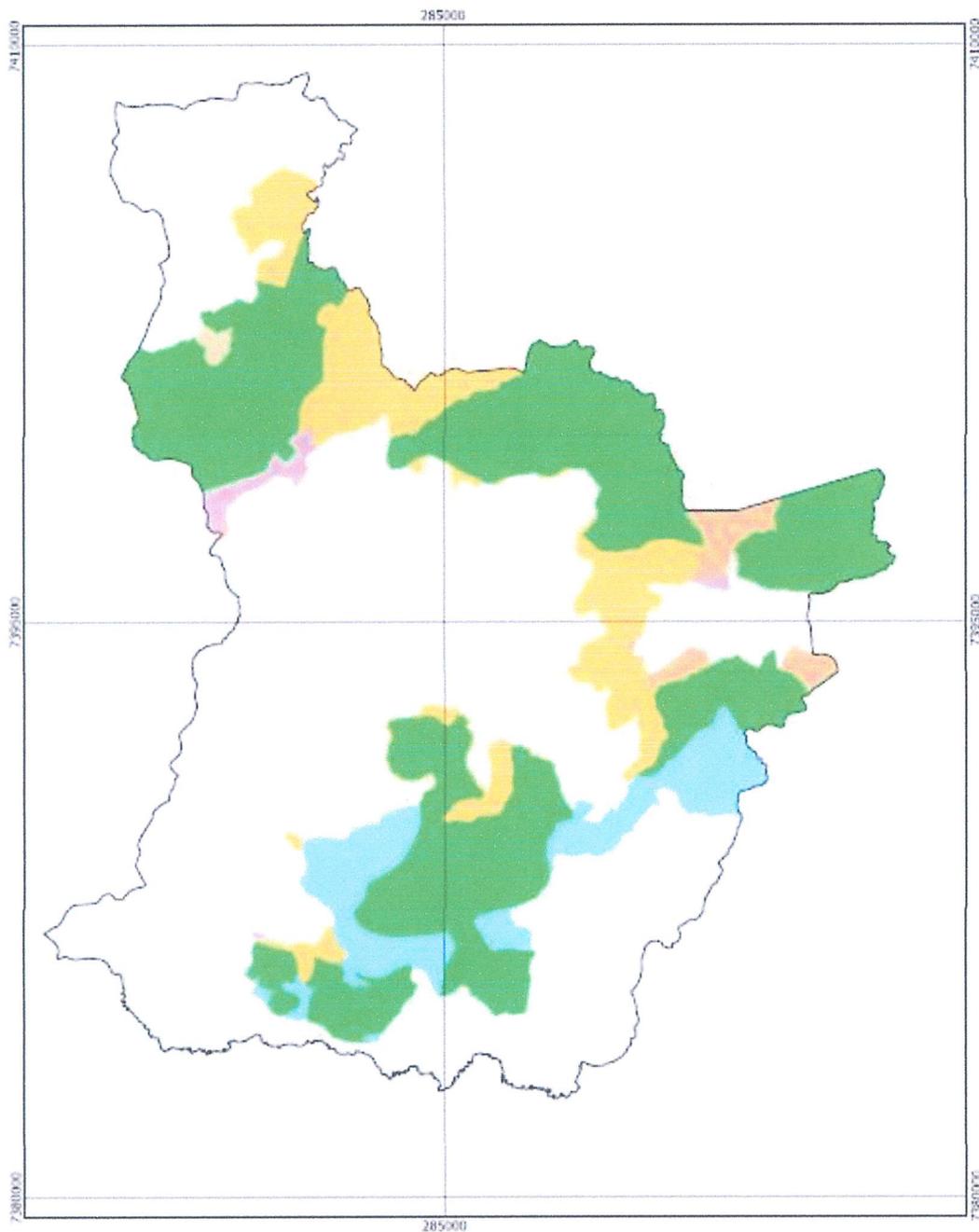
Zona Urbana Específica - ZUE ⁴	Área (ha) de vegetação nativa, Agricultura, Silvicultura e Pastagem	%
Chácaras em Manancial	1614,5	92,42
Interesse turístico	2366,63	95,01
RB Residencial de Baixa Densidade	204,4	85,33
Chácaras em São João Novo	386,94	91,96
AD Residencial de Alta Densidade	3,04	92,12
“Morro do Saboo”	59,23	99,97

Quer dizer, se sobreposmos os zoneamentos propostos pela prefeitura sobre os atuais territórios, há índices altíssimos (quase todos acima de 90%) de áreas rurais e florestas. Tal fato desmente o argumento da prefeitura que diz que está reduzindo a área rural para poder regularizar os loteamentos irregulares nessas áreas.

Pelos dados expostos, fica claro que apenas 5% da área de Interesse Turístico proposto está ocupada na atual zona rural com algo que não condiz com sua natureza rural. Para a zona do “Morro do Saboo” esse índice chega a 0,3%, por exemplo.

⁴ MINUTA PARA REVISÃO DA LEI COMPLEMENTAR N° 40, disponível em <https://planodiretorsaoroque.oliverarquitectura.com.br/> acessado em 11/08/2023.

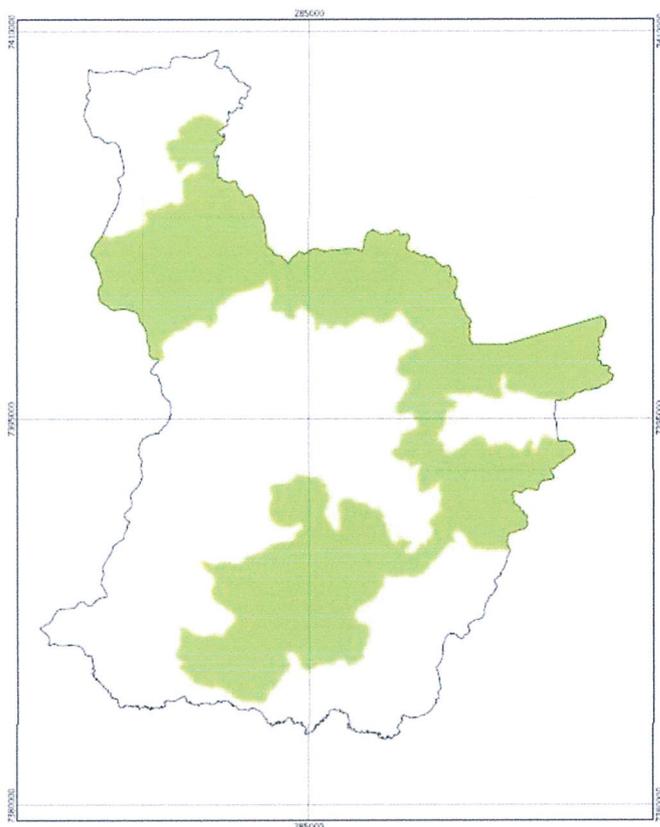
ZONA RURAL TRANSFORMADA PELA REVISÃO DO PLANO DIRETOR (2023)



Legenda

- São Roque
- Diferença Rural 2006 com Rural 2023*
 - ZUE - "Morro do Saboó"
 - ZUE - Chácaras em Manancial
 - ZUE - Chácaras em São João Novo
 - ZUE - Interesse Turístico
 - ZUR-AD - Residencial de Alta Densidade
 - ZUR-RB - Residencial de Baixa Densidade
- Zoneamento PD2023*
 - Rural

MAPA DA ATUAL ZONA RURAL DE SÃO ROQUE



Legenda	
	São Roque
	Plano Diretor 2006
	Macrozona Rural (12957,23 ha)

Atualmente a Zona Rural de São Roque conta com quase 13 mil ha de florestas, zonas de pastagem, silvicultura e produção agrícola. Percebe-se pelo mapa acima o arco indivisível de florestas, funcionando como um imenso corredor ecológico, pertencente à:

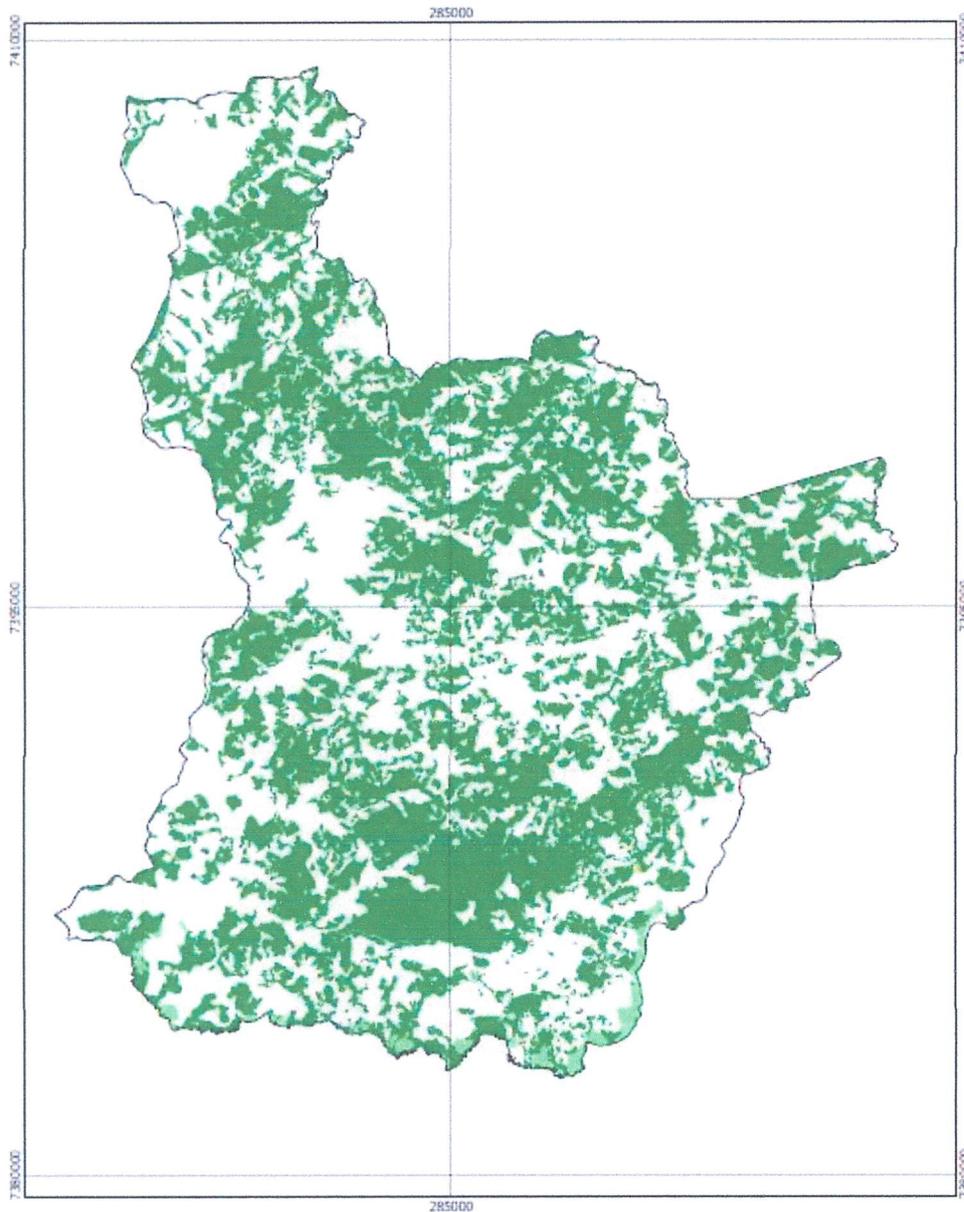
- Reserva da Biosfera do Cinturão Verde.
- Apa de Itupararanga (lei estadual já citada).
- três zonas de Proteção Prioritária: da Biodiversidade, dos Solos e dos Recursos Hídricos (lei municipal n. 103 de 08 de junho de 2020).

A Revisão do Plano Diretor de São Roque prevê o rompimento desses corredores ecológicos, com a diminuição da área rural em quase 5 mil ha. Com isso temos abaixo a apresentação do novo zoneamento proposto com a nova área rural em ilhas interligadas por zonas urbanas que propõe loteamentos de até 200 m².

Fica bastante evidente com a sobreposição da atual área rural, que permite lotes mínimos de 20 mil metros quadrados, com os novos loteamentos propostos, que as florestas da Reserva da Biosfera serão fragmentadas e sobretudo suprimidas pelas novas zonas de urbanização. Não há como garantir a floresta em pé (e a garantia dos serviços ambientais para todos) em loteamentos tão diminutos como os propostos: de 500 m² a 200 m².

Com a Revisão do Plano Diretor pela prefeitura de São Roque teremos uma área de mais de 6 mil campos de futebol transformados em loteamentos. Os futuros donos desses loteamentos se beneficiarão muito desse processo, além de toda a cadeia imobiliária, com toda a sua especulação.

Segundo o Inventário Florestal do Estado de São Paulo de 2020, temos quase 50 % do território de São Roque composto por florestas nativas com diferentes fitofisionomias conforme mapa abaixo.



Legenda	
	São Roque
Inventario Florestal Estado de São Paulo 2020	
	Floresta Ombrófila Densa
	Floresta Ombrófila Mista
	Formação Pioneira com Influência Fluvial

Tipologia	Área ha
Floresta Ombrófila Mista	3,00
Floresta Ombrófila Densa	14170,33
Formação Pioneira com Influência Fluvial	221,84

São Roque, cidade do turismo rural, repleta de florestas biodiversas em seus morros íngremes e vale profundos, poderá ser completamente descaracterizada pela atual revisão. *Precisamos de todos os atores ligados à defesa do meio ambiente contra*

essa revisão. Na defesa de moradia para todos sim, mas com sustentabilidade e estudos técnicos. A atual gestão municipal não apresentou até o momento (esse processo começou em fevereiro de 2023) nenhum estudo técnico sobre os impactos ambientais do projeto, muito menos a sobreposição de dados sobre a atual realidade e a realidade proposta. Todos os estudos apresentados neste documento foram realizados por cidadãos organizados preocupados com a atual revisão.

E essa revisão já chegou à Câmara de Vereadores que aprovou analisar o projeto em regime de urgência. Estamos correndo contra o tempo para salvar a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde.